



Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, n 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

www.guara.sp.gov.br

PROJETO DE LEI N 076, DE 16 DE AGOSTO DE 2024.

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Santa Casa de Ituverava para realizao de exames de diagnósticos por imagem, com ou sem sedao e dá outras providências "

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuioes legais;

A P R O V A:

Art. 1 Fica o Poder Executivo do Município de Guará autorizado a celebrar convênio e respectivos Termos Aditivos que se fizerem necessários com a Santa Casa de Misericórdia de Ituverava para realizao de exames de diagnósticos por imagem, com ou sem sedao, nos termos da minuta de Convênio que segue no Anexo I, da presente Lei.

Art. 2 As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotaoes próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicao, revogadas as disposioes em contrário.

R. P. e Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ, em 16 de agosto de 2024.

VINÍCIUS MAGNO FILGUEIRA

Prefeito Municipal

RECIBO DE PROTOCOLO

Data: 27 / 08 / 2024

Hora: 15 : 45

João B. Filho



Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, n 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

www.guara.sp.gov.br

ANEXO I

CONVÊNIO N. 000/2024

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O MUNÍCIPIO DE GUARÁ E DE OUTRO LADO A SANTA CASA DE ITUVERAVA, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM, COM OU SEM SEDAÇÃO.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE GUARÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Dr. Washington Luiz, n 146, na cidade de Guará/SP, inscrito no CNPJ sob n 45.353.299/0001-04, neste ato legalmente representada pelo Prefeito Municipal Exmo. **Vinicius Magno Filgueira**, brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade RG n 21.609.336-3/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o n 108.974.138-30 residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Guará, Estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente **CONVENENTE** e de outro lado a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITUVERAVA estabelecida na Praça Monsenhor João Rulli, n 729, Cidade de Ituverava, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n 50.304.377/0001-02, com CEBAS vigente até 31/12/2025, conforme Portaria SAES/MS n 1.053, de 26 de outubro de 2021, neste ato representada por Bruno Baldo Filho, R.G. n 5.318.738-SSP/SP, CPF/MF n 486.816.798-72, residente e domiciliado na Rua Alameda Irineu Carvalho André, 186, Bairro Jardim Tropical II, CEP 14500-000, cidade de Ituverava, Estado de São Paulo, doravante denominada **CONVENIADA**, considerando o integral teor do que consta no Plano de Trabalho 01/2024, resolvem celebrar o presente TERMO DE CONVÊNIO, com fundamento na Lei Municipal n , no artigo 184 da Lei n 14133/21 e demais disposições legais aplicáveis.

CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1. O presente CONVÊNIO tem por objeto a prestação de servios de diagnóstico por imagem, definindo as responsabilidades entre as partes e estabelecendo metas do processo da assistência, em conformidade com o Plano de Trabalho 01/2024 que integra o presente instrumento:

1.2. O objeto do presente CONVENIO deverá garantir atendimento exclusivo aos usuários do SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE MUNICIPAL, em regime de agendamento, respeitando os fluxos, diretrizes e protocolos estabelecidos pelo Departamento Municipal de Saúde.:



Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, nº 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

www.guara.sp.gov.br

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. A CONVENIADA compromete-se a:

2.1.1. Executar o objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA, de acordo com o **Plano de Trabalho 01/2024**, apresentado e aprovado, e aplicar os recursos financeiros exclusivamente no cumprimento do seu objeto;

2.1.4. A documentação referente à prestação de contas deverá ser apresentada mensalmente ao município, seguindo as Instrução nº 1/2020, atualizadas pelas Resoluções nº 11/2021 e nº 23/2022, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com as devidas notas fiscais e relatórios de aplicação dos recursos, obedecendo ao estipulado em Plano de Trabalho e na forma estabelecida na CLÁUSULA SEXTA deste instrumento;

2.1.5. Divulgar em sitio oficial na internet as informações referentes aos recursos financeiros públicos, inclusive os documentos relativos aos ajustes de parceria e às prestações de contas;

2.1.9. Em nenhuma hipótese cobrar direta ou indiretamente do paciente ou aos seus familiares pelos serviços objeto deste convênio;

2.1.10. Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou a seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste CONVÊNIO;

2.2. A CONVENENTE compromete-se a:

2.2.1. Repassar a CONVENIADA, o montante previsto na CLÁUSULA QUARTA, em conformidade com o pactuado no Plano de Trabalho e Memorial De Cálculo, a fim de subsidiar a execução do objeto do presente Convênio;

2.2.2. Dar ciência deste Convênio à Câmara Municipal e ao Conselho Municipal de Saúde;

2.2.3. Fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes, expedir relatórios de execução do convênio e, quando houver ne, de visita técnica in loco realizada durante a sua vigência;

2.2.4. Analisar e, mediante despacho fundamentado, aprovar ou rejeitar as prestações de contas parciais e final dos recursos aplicados na consecução do objeto deste Convênio e emitir parecer conclusivo;



Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, nº 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

www.guara.sp.gov.br

2.2.5. Suspender, por iniciativa própria, novos repasses em caso de irregularidades no atendimento, ou, no irregular comprovação de prestação de contas apresentada ou na ausência da prestação de contas;

2.2.6. Divulgar em sítio oficial do poder público na internet as informações referentes aos repasses financeiros às conveniadas, inclusive os documentos relativos aos ajustes e às prestações de contas;

2.2.7. Instituir a Comissão de Avaliação e Fiscalização do presente CONVÊNIO no prazo máximo de até 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O presente Convênio terá vigência por 12 meses, a partir da assinatura do presente ajuste.

3.1.1. A vigência deste CONVÊNIO poderá ser prorrogada, mediante termo aditivo, desde que o período total de vigência não exceda 60 (sessenta) meses, por interesse de ambas as partes, mediante parecer favorável da Comissão de Avaliação e Fiscalização do presente CONVÊNIO, quanto à avaliação de indicadores de metas de produção e ao resultado que permitam a avaliação objetiva do desempenho, e autorizada pelo Secretário Municipal de Saúde responsável pelas ações e desenvolvimentos na área da saúde;

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E REAJUSTES

4.1. Para a execução do objeto de presente CONVÊNIO, serão destinados o recurso montante total de até R\$ 252.317,40 (duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e dezessete reais e quarenta centavos) que serão repassados conforme relatórios de produção apresentados,

4.1.1. As despesas decorrentes deste CONVÊNIO correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

ÓRGÃO: 02.00.00 – Poder Executivo

UNIDADE: 02.05.00 – Secretaria de Saúde

SUBUNIDADE: 02.05.02 – Média e Alta Complexidade

ECONÔMICA: 33.50.43.00

FONTE: 5

CÓDIGO DE APLICAÇÃO: 300.038

FICHA: 554

VALOR: R\$ 252.317,40



Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, n 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

www.guara.sp.gov.br

4.2 Havendo necessidade de prorroga do contrato ou decorridos 12 (doze) meses após a assinatura do Convênio, os valores inicialmente contratualizados poderão ser reajustados, aplicando-se o ndice IPCA/IBGE, pedido que deverá ser provocado pela CONVENIADA;

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E UTILIZAO DOS RECURSOS

5.1. O pagamento do valor constante da CLÁUSULA QUARTA será efetuado conforme as condições previstas no plano de trabalho. A CONVENIENTE deverá autorizar os pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAO DE CONTAS E NECESSIDADE DE APRESENTAO DAS CONDIOES DE HABILITAO

6.1 A CONVENIADA deverá manter, durante toda a execução do convênio, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação bem como a reservar de cargos previstas em lei.

6.2. As prestações de contas pela conveniada dos recursos recebidos da Prefeitura deverão ser parciais e final, em até 30 (trinta) dias do término da vigência do convênio e eventual prorrogação, observadas as normas e instruções técnicas na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e deverá ser entregue  Secretaria Municipal de Saúde de Guará.

6.2.1 As prestações de contas parciais deverão ser apresentadas mensalmente  Prefeitura até o 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente, acompanhado de:

a) relatório consolidado das atividades desenvolvidas no período, em conformidade com as ações previstas no Plano de Trabalho;

b) relação dos pagamentos efetuados com os recursos financeiros liberados pela Prefeitura, acompanhados dos respectivos comprovantes de realização das despesas.

6.3. Para a análise de competência da Secretaria Municipal de Saúde:

6.3.1 Prestação de Contas Mensal necessita das seguintes informações e documentos:

6.3.1.1. Ofício de Encaminhamento de Prestação de Contas com todos os documentos relacionados, e abaixo assinados pelo representante legal da Entidade;



Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, n 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

www.guara.sp.gov.br

6.3.1.2. Demonstrativo integral das receitas e despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos e por ordem cronológica do extrato bancário, aplicadas no objeto da parceria conforme modelo fornecido pelo CONVENIENTE;

6.3.1.3. Cópias de Notas Fiscais/Faturas/Recibos fiscais com identificação do número da parceria, atestadas os serviços e/ou material juntamente com seus respectivos documentos de pagamento;

6.3.1.4. Cópias das Guias de recolhimentos de INSS, ISS e FGTS; com identificação do número da parceria, atestadas os serviços, juntamente com seus respectivos documentos de pagamento e memória de cáculo;

6.3.1.5. Extrato de Conta corrente e de Aplicação Financeira, de todo o período da movimento da conta;

6.3.1.6. Conciliação Bancária, quando houver;

6.3.1.7. Comprovante do depósito de contrapartida na conta Específica da parceria, caso seja previsto no pactuado, bem como guia de receita do ingresso dos recursos estaduais no erário municipal;

6.3.1.8. Contratos com o Fornecedor de Material/Equipamento e/ou Prestador de Serviços, em meio digital;

6.3.1.9. Relatório das atividades desenvolvida no período;

6.3.2 - Prestação de Contas Final/Anual necessita das seguintes informações e documentos:

6.3.2.1. Ofício de encaminhamento, relativo às prestações de contas;

6.3.2.2. Demonstrativo integral das receitas e despesas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do termo de colaboração e/ou de fomento, conforme modelo contido no Anexo RP-12 Repasses ao Terceiro Setor - Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas - Termo de Convênio;

6.3.2.3. Publicação do Balanço Patrimonial da CONVENIADA, dos exercícios encerrado e anterior;



Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, nº 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

www.guara.sp.gov.br

6.3.2.4. Cópia dos demonstrativos contábeis e financeiros da beneficiária, com indicação dos valores repassados pelo órgão concessor e a respectiva conciliação bancária, referente ao exercício em que o numerário foi recebido;

6.3.2.5. Conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão ou entidade da Administração Pública para movimentação dos recursos do termo de colaboração, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras;

6.3.2.6. Demais demonstrações contábeis e financeiras da OSC, acompanhadas do balancete analítico acumulado do exercício;

6.3.2.7. Declaração e Comprovante de devolução dos recursos não aplicados, quando houver;

6.3.2.8. Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

6.3.2.9. Relatório anual de execução do objeto do ajuste, contendo as atividades desenvolvidas para o seu cumprimento e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

6.3.2.10. Declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público conveniente;

6.3.2.11. Relação dos contratos e respectivos aditamentos firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela CONVENIADA para os fins estabelecidos no termo de CONVÊNIO, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento;

6.3.2.12. Declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da conveniada de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

6.3.2.13. Na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;



Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, n 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

www.guara.sp.gov.br

6.3.2.14. Manifestao expressa do Conselho Fiscal ou órgão correspondente do beneficiário sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta em instituio financeira oficial, indicada pelo órgão público concessor;

6.3.2.15. Comprovante do recolhimento saldo da conta bancária específica, quando houver;

6.3.2.16. Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

6.4 No caso de irregularidades na comprovao apresentada ou na ausência da prestao de contas, a Conveniada, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da notificao, prorrogável por igual período, se necessário, apresentar o saneamento da prestao de contas ou seu encaminhamento, ressalvadas eventuais irregularidades que sejam apontadas pelo TCE, que deverão ser sanadas no prazo determinado por aquela Corte.

6.5 A Prefeitura poderá suspender, por iniciativa própria, novos repasses  Conveniada, quando decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, sem a devida regularizao, e exigir da entidade conveniada a devoluo de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais.

6.6 Os recursos utilizados em desacordo com este instrumento deverão ser recolhidos aos cofres públicos, com os devidos acréscimos legais, contados da data da notificao expedida pela Prefeitura.

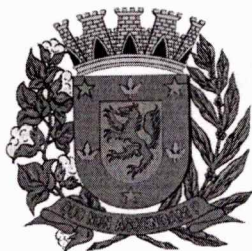
CLÁUSULA SÉTIMA — DOS DOCUMENTOS DE DESPESAS

7.1. As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais e suas respectivas cópias, devendo os documentos fiscais serem emitidos em nome da CONVENIADA.

7.2. Quando se tratar de notas fiscais de produtos e serviços, essas deverão trazer como detalhamento obrigatório no campo “Discriminao” as seguintes informaçoes:

I - Especificao detalhada com valor unitário, valor total, quantidade, serviço prestado ou do produto;

II - Local onde o serviço foi prestado, se referente a serviço;



Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, n 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

www.guara.sp.gov.br

III. - Identificao do órgão/entidade público(a) conveniente a que se referem com o número da parceria.

7.2.1. Os documentos originais de receitas e despesas vinculados aos ajustes selecionado, referentes  comprovao da aplicao dos recursos prrios e/ou de origem pública, depois de contabilizados, ficarão arquivados na conveniada  disposio deste Tribunal, por 5 (cinco) anos após o trânsito em julgado da matéria.

7.3. Deverá compor a prestao de contas mensal os extratos da conta corrente específica e das aplicaoes financeiras, quando couber;

CLÁUSULA OITAVA — DAS ALTERAOES

8.1. O presente convênio poderá ser alterado, mediante revisão das metas de produo e dos valores financeiros inicialmente pactuados, desde que prévia e devidamente justificada, mediante parecer favorável da Comissão de Avaliao e Fiscalizao do presente CONVÊNIO e autorizao da Secretária Municipal de Saúde

8.2. Poderá também ser alterado para acréscimos ou supressoes nas obrigaoes, desde que devidamente justificado, e anterior ao término da vigência;

8.3. As alteraoes de que tratam os itens acima deverão ser formalizados por meio de Termos Aditivos, devendo para tanto ser respeitados o interesse público, da administrao, a Secretaria Municipal de Saúde e o objeto do presente CONVÊNIO.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes ou administrativamente, independente das demais medidas legais cabíveis, nas seguintes situaoes:

I. por ato unilateral da CONVENENTE, na hipótese de descumprimento relevante, por parte da CONVENIADA, ainda que parcial, das cláusulas que inviabilizem a execuo de seus objetivos e metas previstas no presente CONVÊNIO, decorrentes de comprovada má gestão, culpa e/ou dolo;

II. por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público;

III. por ato unilateral da CONVENIADA na hipótese de atrasos dos repasses devidos pela CONVENENTE superior a 60 (sessenta) dias da data fixada para o pagamento, cabendo  CONVENIADA notificar a CONVENENTE, com



Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, nº 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

www.guara.sp.gov.br

antecedência mínima de 30 (trinta) dias, informando do fim da prestação dos serviços contratados;

IV. se houver alterações do estatuto da CONVENIADA que implique em modificação das condições de sua qualificação ou de execução do presente instrumento; e,

V. Pela superveniência de norma legal ou evento que torne material ou formalmente inexecutável o presente instrumento, com comunicação prévia de 90 (noventa) dias.

9.2. Em caso de deliberação pela rescisão, esta será precedida de processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com vistas à promoção da desqualificação da entidade;

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS PENALIDADES

10.1. A inobservância, pela CONVENIADA, de cláusula ou obrigação constante deste CONVÊNIO e seu Plano de Trabalho, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONVENIENTE, garantida a prévia defesa e a aplicar as penalidades abaixo:

- a)** Advertência por escrito;
- b)** Suspensão para o recebimento de novos repasses;
- c)** Devolução de eventual numerário com os devidos acréscimos legais;
- d)** Suspensão temporária de participar de processos de seleção com o Município de Guará, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

10.2. A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificada a CONVENIADA;

10.3. Da aplicação das penalidades a CONVENIADA terá o prazo de 05 (cinco) dias para interpor recurso, dirigido ao Prefeito Municipal;

10.4. O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à CONVENIADA e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto contratual, garantindo-lhe pleno direito de defesa;



Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, n 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

www.guara.sp.gov.br

10.5. A imposio de qualquer das sanoes estipuladas nesta cláusula não elidir o direito de a CONVENIENTE exigir indenizao integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades civil, criminal ou tica do autor do fato.

10.6. Quando decorrido o prazo estabelecido sem a devida regularizao anteriores, será comunicado Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, por meio de ofício assinado pelo responsável, acompanhado de cópia da documentao relativa às providências adotadas pelo órgão ou entidade pública para a regularizao da pendência;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA PUBLICAO

11.1. O presente Convênio terá o seu extrato publicado na Imprensa Oficial do Município (<https://www.guara.sp.gov.br/site/intranet>)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA OMISSÃO

12.1. Os casos omissos ou excepcionais, assim como, as dvidas surgidas ou cláusulas não previstas neste instrumento, em decorrência de sua execuo,

serão dirimidas mediante acordo entre as partes, bem como, pelas normas que regem o Direito Público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guará, Estado de São Paulo, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente CONVÊNIO, que não puderem ser resolvidas amigavelmente, renunciando, expressamente, a outro qualquer por mais privilegiado que se configure.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito de direito, na presença das testemunhas abaixo-subscritas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ,

de 2024.

VINICIUS MAGNO FILGUEIRA
Prefeito Municipal

BRUNO BALDO FILHO
Santa Casa de Ituverava



Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, nº 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9820

www.guara.sp.gov.br

Testemunhas:

- 1.
- 2.



**A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR SECRETÁRIO DA ADMINISTRAO DO
MUNICIPIO DE GUARÁ**

A Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado por sua secretria, respeitosamente vem  presença de Vossa Senhoria solicitar que seja enviado  Câmara de Vereadores um projeto de lei especifica para celebrao de convênio com a Santa Casa de Misericórdia de Ituverava, com a finalidade de realizao dos seguintes procedimentos: Ressonância Magnética; Tomografia Computadorizada com contraste; Tomografia computadorizada sem contraste; Ecocardiograma; Us Doppler; Ultrassom Doppler Venoso e Ultrassom Doppler Diversos atendendo assim as necessidades de nossos municpes.

Guará, 05 de agosto de 2024.

PAULA DE SOUZA GUMIEIRO
Secretária Municipal de Saúde

Vinícius Magno Figueira
Prefeito



www.LeisMunicipais.com.br

LEI N 1.523, DE 07 DE JULHO DE 2009.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Parceria, através da Secretaria de Estado da Saúde, com a Santa Casa de Ituverava, para o desenvolvimento das atividades relativas ao Programa "PR SANTA CASA", como especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARÁ, ESTADO DE SÃO PAULO, Faço saber que a Câmara Municipal de Guará decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Parceria, através da Secretaria de Estado da Saúde, com a Santa Casa de Ituverava, visando apoiar financeiramente esta Instituo Filantrópica no desenvolvimento das atividades relativas ao Programa "PR SANTA CASA" para sua qualificação e atendimento da população guaraense, nos termos da minuta anexa.

Art. 2 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 3 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ, aos 07 de julho de 2009.

MARCO AURÉLIO MIGLIORI
Prefeito Municipal

Registrada, publicada e arquivada no Departamento de Administração, data supra.

CARLOS ALBERTO VIEIRA DUTRA
Diretor do Departamento de Administração

TERMO DE PARCERIA

"PROGRAMA PR-SANTA CASA"

TERMO DE PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM AS PREFEITURAS DOS MUNICÍPIOS DE GUARÁ E ITUVERAVA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, VISANDO APOIAR FINANCEIRAMENTE A INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA, SEM FINS LUCRATIVOS, DE CARÁTER REGIONAL PARA QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO.

O Estado de São Paulo, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n , com sede na Avenida Dr. Ens de Carvalho Aguiar, n 188, Bairro Cerqueira César, São Paulo - SP, neste ato representada pelo Titular da Pasta, Dr. LUIZ ROBERTO BARRADAS BARATA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG (*rg ocultado*) e do CPF (*cpf ocultado*), doravante denominado GESTOR ESTADUAL e a(s) PREFEITURA(S) do(s) MUNICÍPIO(S):

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ, CNPJ 45.353.299/0001-04, representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. MARCO AURÉLIO MIGLIORI, RG (*rg ocultado*), CPF (*cpf ocultado*);

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA, CNPJ 46.710.422/0001-51, representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. MÁRIO TAKAYOSHI MATSUBARA, RG (rg ocultado), CPF (cpf ocultado);

doravante denominados de GESTORES MUNICIPAIS, RESOLVEM firmar o presente TERMO DE PARCERIA, mediante as cláusulas e condições nele contidas, e considerando:

- Os termos do art. 25 da Lei Orgânica da Saúde, que preconizam que as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos têm preferência para participar, complementarmente do SUS;
- A necessidade de auxiliar financeiramente as instituições filantrópicas, sem fins lucrativos, capacitando-as para prestar atendimento de qualidade e resolubilidade para a região em que se situam;
- O dever do Estado de promover e implementar iniciativas conjuntas por meio de apoio financeiro, visando o desenvolvimento das instituições filantrópicas e as sem fins lucrativos;
- A imprescindibilidade do apoio dos gestores de saúde, de forma a assegurar o atendimento regional.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto estabelecer condições de parceria entre as instituições, para o desenvolvimento das atividades relativas ao Programa "PRÓ SANTA CASA", conforme acordado na Comissão Intergestores Bipartite, cuja indicação e escolha da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ITUVERAVA, ocorreu na Reunião do Colegiado de Gestão Regional da Alta Mogiana do dia 28.01.2008, para que seja apoiada financeiramente pelo Gestor Estadual e pelo conjunto dos Gestores Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES

Compete aos Gestores apoiar financeiramente a Instituição acima referida, de forma a conceder-lhe o incentivo previsto no Programa PRÓ SANTA CASA, por um período máximo de doze meses, independente de outras ajudas ou auxílios já concedidos, nos valores especificados.

§ 1º O incentivo correspondente ao Programa PRÓ SANTA CASA, não substitui outros já existentes, exceto se para a mesma finalidade.

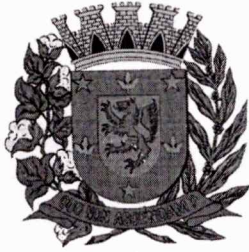
§ 2º Os gestores não poderão substituir esse incentivo por recursos concedidos a título de pagamento por serviços prestados ou por custeio de serviços executados.

§ 3º Os gestores estabelecerão, em conjunto com as entidades escolhidas, as metas e as regras para o recebimento do incentivo (Plano Operativo).

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES DO INCENTIVO

A Entidade será apoiada com o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), mensalmente, sendo que 70% desse valor, ou seja, R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), será repassado pelo GESTOR ESTADUAL, mediante Termo Aditivo ao Convênio e os outros 30% serão repassado pelos Gestores Municipais, na seguinte distribuição;

- R\$ 1.352,00 (um mil, trezentos e cinqüenta e dois reais), ao mês pela Prefeitura Municipal de Aramina;
- R\$ 917,24 (novecentos e dezessete reais e vinte e quatro centavos), ao mês pela Prefeitura Municipal de Buritizal;
- R\$ 5.325,82 (cinco mil, trezentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos), ao mês pela Prefeitura Municipal de Guará;



Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, nº 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800

www.guara.sp.gov.br

fls. 001

PROJETO DE LEI Nº 077, DE 26 DE AGOSTO DE 2024.

Autoriza o Poder Executivo a realizar crédito adicional suplementar para reforço de dotação orçamentária por anulação de ficha, como específica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições legais,

A P R O V A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar crédito adicional suplementar para reforço de dotação orçamentária.

Art. 2º A autorização referente ao crédito adicional suplementar terá sua cobertura através da anulação de fichas de despesas para dar continuidade aos serviços de coleta, transporte e destinação/disposição dos resíduos sólidos domésticos e lixo domiciliar em aterro sanitário devidamente licenciado, com o fornecimento de equipamentos e mão de obra, no município de Guará e Distrito de Pioneiros.

ANULAR - Ficha nº 324 – 02.09.08 – 17.512.0204.2035.0000 – Fonte 05 – Valor: R\$ 720.000,00;

ANULAR - Ficha nº 351 – 02.09.05 – 15.452.0181.2033.0000 – Fonte 01 – Valor: R\$ 95.000,00;

ANULAR - Ficha nº 352 – 02.09.04 – 15.452.0181.2031.0000 – Fonte 01 – Valor: R\$ 95.000,00;

REFORÇAR – Ficha nº 307 – 02.09.03 – 15.452.0202.2029.0000 – Fonte 01 – Valor: R\$ 910.000,00.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ, 26 de agosto de 2024.

VINICIUS MAGNO FILGUEIRA

Prefeito Municipal

RECIBO DE PROTOCOLO

Data: 27 / 08 / 2024

Hora: 15 : 45

Van B. Filho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Rua Washington Luiz, n 146 – Centro – CEP: 14580-000

Fone: (16) 3831-9853

www.guara.sp.gov.br

Guará, 19 de agosto de 2024.

OFÍCIO N 051/2024

Assunto: Solicita

Suplementao/Remanejamento

Criao de dotao orçamentária

Origem do Recurso:

Anulao de dotao

Excesso de Arrecadao

Superávit financeiro

Prezado Senhor,

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços vem por meio deste fazer esta solicitao para o remanejamento de saldo por anulao de dotao orçamentária, conforme especificado abaixo:

| RETIRAR DE: | PASSAR PARA: | VALOR: | JUSTIFICATIVA: |
|-------------|--------------|----------------|---|
| 324 | 307 | R\$ 720.000,00 | Valor previsto até dezembro/2024 para o empenho global do contrato, e continuidade da prestao de serviços de coleta, transporte e destinao/disposio dos resíduos sólidos domésticos e lixo domiciliar em aterro sanitário devidamente licenciado, com o fornecimento de equipamentos e mão de obra, no município de Guará e distrito de Pioneiros. |
| 351 | 307 | R\$ 95.000,00 | |
| 352 | 307 | R\$ 95.000,00 | |


Diante dessa necessidade, solicito que seja utilizada a seguinte opo para atender essa demanda orçamentária:

Utilizao da Lei Orçamentária Existente: Requeremos a suplementao e/ou remanejamento de dotao por meio de utilizao das margens disponíveis dentro da Lei Orçamentária vigente, considerando os limites legais e a disponibilidade de recursos que possam ser alocados sem a necessidade de uma nova aprovao legislativa.

Criao de Lei Específica pela Câmara de Vereadores: Solicitamos que seja enviado  Câmara de Vereadores o projeto de lei para a criao de uma dotao específica que atenda às necessidades apresentadas.

Ao ensejo renovo os meus protestos de elevada estima e distinta considerao.

Atenciosamente,


MALCON AUGUSTO MORTARI FERREIRA
Secretário Municipal de Obras e Serviços


Divisão de Contabilidade e Orçamento - Guará/SP
Prefeitura Municipal de Guará – SP



Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, n 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800

www.guara.sp.gov.br

fls. 001

PROJETO DE LEI N 078, DE 26 DE AGOSTO DE 2024.

Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de dotação oramentria advindo de recurso federal conforme Portaria GM/MS n 4.744, de 03 de julho de 2024 que habilita Municípios ao recebimento de incentivo financeiro de custeio para a retomada das ações de saúde bucal em apoio ao PSE, conforme especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições legais,

A P R O V A:

Art. 1 Fica o Poder Executivo autorizado a realizar abertura de dotação oramentria por excesso de arrecadação.

Ficha a criar – Fonte:05 – Valor: R\$ 17.360,00 – Material de Consumo;

Art. 2 A autorização referente  abertura de dotação oramentria por excesso de arrecadação terá sua cobertura através da entrada de receitas por meio da Portaria GM/MS n 4.744, de 03 de julho de 2024 que habilita Municípios e o Distrito Federal ao recebimento de incentivo financeiro federal de custeio para a retomada das ações de saúde bucal em apoio ao Programa Saúde na Escola (PSE).

Art. 3 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ, 26 de agosto de 2024.

VINICIUS MAGNO

FILGUEIRA:108974138

30

VINICIUS MAGNO FILGUEIRA

Prefeito Municipal

Digitally signed by VINICIUS MAGNO FILGUEIRA, 10897413830
DN: cn=Filg, o=PM-Bras, ou=Secretaria de Recreio Federal do Bras,
RF8, ou=RF8, c=CF, AC=VALID, RF8 VS, ou=AR, TOTALCERT,
serial=10897413830, serialNumber=17446717000126, cn=VINICIUS MAGNO
FILGUEIRA, 10897413830
Date: 2024.08.27 14:57:15 -03'00'

RECIBO DE PROTOCOLO

Data: 27 / 08 / 2024

Hora: 15 : 45

Jana B. Filho



A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

Assunto: Solicita a criao de dotao orçamentária por excesso de arrecadao

A Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por sua secretria, respeitosamente vem  presença de Vossa Senhoria para solicitar a suplementao da ficha abaixo:

| Ficha | Valor | Fonte | Código de aplicao | Elemento de despesa |
|---------|-----------|---------|--------------------|---------------------|
| A criar | 17.360,00 | Federal | 300.040 | Material de consumo |

Justificativa: Portaria GM/MS n 4.744, de 3 de julho de 2024 que habilita Municípios e o Distrito Federal ao recebimento de incentivo financeiro federal de custeio para a retomada das aoes de saúde bucal em apoio ao Programa Saúde na Escola (PSE).

Diante dessa necessidade, solicito que seja utilizada a seguinte opo para atender essa demanda orçamentária:

() Utilizao da lei orçamentária existente: requeremos a suplementao e/ou remanejamento de dotao por meio de utilizao das margens disponíveis dentro da lei orçamentária vigente, considerando os limites legais e a disponibilidade de recursos que possam ser alocados sem a necessidade de uma nova aprovao legislativa.

(X) Criao de lei específica pela Câmara de Vereadores: solicitamos que seja enviado  Câmara de Vereadores o projeto de lei para a criao de uma dotao específica que atenda às necessidades apresentadas.

Guará, 16 de agosto de 2024.

PAULA DE SOUZA GUMIEIRO
Secretária Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de Guará

Rua Dr. Washington Luiz, n 146 - Centro - 14580-000 - Guará - SP

Fone: (16) 3831-9800

www.guara.sp.gov.br

fls. 001

PROJETO DE LEI N 079, DE 26 DE AGOSTO DE 2024.

Autoriza o Poder Executivo a realizar crédito adicional suplementar por excesso de arrecadao advindo de recurso estadual, conforme Resoluo SS n 173, de 15 de julho de 2024, como específica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuioes legais,

A P R O V A:

Art. 1 Fica o Poder Executivo autorizado a realizar crédito adicional suplementar por excesso de arrecadao.

- Ficha 562 – Fonte: 02 – Valor: R\$ 1.284,09 – Material Farmacológico;

Art. 2 A autorizao referente  suplementao de dotao orçamentária por excesso de arrecadao terá sua cobertura através da entrada de receitas por meio da Resoluo SS n 173, de 15 de julho de 2024, que estabelece a transferência, mediante adesão, de recurso do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, de financiamento de pendências de entrega dos medicamentos da Atno Básica, referente aos medicamentos não entregues e não programados por meio do Programa Dose Certa, para os Municípios, no exercício do ano de 2023.

Art. 3 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicao, revogadas as disposioes em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ, 26 de agosto de 2024.

VINICIUS MAGNO

FILGUEIRA:1089741

3830

VINICIUS MAGNO FILGUEIRA

Prefeito Municipal

Digitally signed by VINICIUS MAGNO
FILGUEIRA:10897413830
DN: c=BR, ou=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=AC
VALID RFB VS, ou=AR TOTALCERT,
ou=Vide Conferência, ou=47468717000126,
cn=VINICIUS MAGNO FILGUEIRA:10897413830
Date: 2024.08.27 14:54:03 -03'00'

RECIBO DE PROTOCOLO

Data: 27 / 08 / 2024

Hora: 15 : 45

Ana B. Lillo



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Adm. 2021/2024

A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

Assunto: Solicita a criao de dotao orçamentária por excesso de arrecadao

A Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por sua secretria, respeitosamente vem  presença de Vossa Senhoria para solicitar a suplementao da ficha abaixo:

| Ficha | Valor | Fonte | Código de aplicao | Elemento de despesa |
|-------|----------|----------|--------------------|------------------------|
| 562 | 1.284,09 | Estadual | 300.065 | Material farmacológico |

Justificativa: Resoluo SS n 173, de 15 de julho de 2024 que estabelece a transferência, mediante adesão, de recurso do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, de financiamento das pendências de entrega dos medicamentos da ateno básica, conforme anexo I, referente aos medicamentos não entregues e não programados por meio do Programa Dose Certa, para os municípios, no exercício do ano de 2023, e dá outras providências.

Diante dessa necessidade, solicito que seja utilizada a seguinte opo para atender essa demanda orçamentária:

() Utilizao da lei orçamentária existente: requeremos a suplementao e/ou remanejamento de dotao por meio de utilizao das margens disponíveis dentro da lei orçamentária vigente, considerando os limites legais e a disponibilidade de recursos que possam ser alocados sem a necessidade de uma nova aprovao legislativa.

(X) Criao de lei específica pela Câmara de Vereadores: solicitamos que seja enviado  Câmara de Vereadores o projeto de lei para a criao de uma dotao específica que atenda às necessidades apresentadas.

Guará, 14 de agosto de 2024.

PAULA DE SOUZA
GUMIEIRO:3637441
7801

Assinado de forma digital por
PAULA DE SOUZA
GUMIEIRO:36374417801
Dados: 2024.08.14 11:48:58 -03'00'

PAULA DE SOUZA GUMIEIRO
Secretária Municipal de Saúde